

ASPECTOS ÉTICOS NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

VICENTE LEAL DE ARAÚJO*

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Honrosamente convidado para participar de debates sobre temas de interesse do Judiciário, manifestei, de pronto, o interesse de tecer algumas considerações sobre ética na atividade judicial.

Por que a eleição desse tema, de aparência difusa, divorciado das questões da prática forense de cada dia, quando o repertório dos assuntos propriamente jurídicos é tão fecundo?

Talvez seja um tema insosso, insusceptível de despertar a atenção dos que lidam na grande arena do Direito, preocupados, por certo, com as mazelas estruturais do organismo judiciário, que se apresenta impotente para dar à sociedade as urgentes respostas a quantos clamam por justiça nestes tempos de crise.

Essa crise, que marca a face da sociedade na alvorada do terceiro milênio, é a razão fundamental que nos leva a uma revisão crítica dos nossos passos. E essa revisão crítica há de passar, necessariamente, pela ante-sala da Ética, um dos valores básicos da vida, que tem sido colocada à margem do comportamento do homem contemporâneo.

Com efeito, o esquecimento da Ética tem sido um fenômeno acentuadamente presente nos diversos departamentos do tecido social, seja no setor da atividade privada, seja na seara do Poder Público.

VICENTE LEAL DE ARAÚJO: Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região desde 1989. É formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Foi Professor de Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Constitucional. Ingressou na magistratura em 1974, como juiz de Direito Substituto da Comarca de Orós, Ceará; e na magistratura federal, em 1976, como juiz federal substituto da Seção Judiciária do Ceará. Possui diversos cursos de especialização na área jurídica no Brasil e no exterior.

Aí, talvez, resida a grande causa da crise que ameaça não só as instituições, como a vida do homem no Planeta.

Essa ameaça encontra-se precisamente esboçada no dia-a-dia do noticiário global, onde se emoldura um quadro de cores vivas e de cenas dantescas: a violência urbana; o genocídio de crianças marginais; a prostituição infantil; o trabalho semi-escravo de milhões de compatriotas; o fenômeno crescente e assustador da fome e da miséria; o surgimento de uma geração das chamadas "crianças gabiru", subnutridas, de estatura ínfima e inaproveitáveis para o mercado qualificado de trabalho; a esclerose social do favelamento urbano; tudo isso em plena era da informática e da alta tecnologia, quando uma parcela expressiva da humanidade vive os deleites do progresso humano.

Esse descompasso, essa desarmonia, esse desequilíbrio entre existências de seres criados à imagem e semelhança de Deus não faz parte dos planos do Criador. E produto do livre arbítrio do homem, e, por isso mesmo, há de ser recomposto pelo próprio homem.

Daí por que é de se apregoar que chegou o tempo de se repensarem posturas, de se lançar um olhar retrospectivo para a verificação dos erros e desvios que conduziram a humanidade e, em particular, a nossa nação a este grau de infelicidade.

É, portanto, tempo de reflexão.

É sabido que o principal departamento da crise se situa na crise moral do Poder Público, consequência de um longo e progressivo processo de estiolamento dos costumes, fenômeno que tem proliferado em vários países, provocando o grito geral da sociedade, cujos limites de tolerância atingiram o ponto último de suportação.

Eis, então, a questão.

A sociedade contribuinte não mais aceita que os agentes do poder estatal permaneçam no Olimpo, imunes às regras da moral e da ética.

O grito em prol da ética e da moralidade ressoa de todos os cantos, expressando-se com legitimidade incontestada pelas multidões de "caras-pintadas", que clamam por uma atuação transparente do organismo estatal e pelo expurgo das negociatas, das "caixinhas", das comissões, do suborno, do nepotismo, do fisiologismo político, da improbidade, enfim, das mazelas que proliferam no organismo do Estado e se espalham na cúpula da elite econômica e política do País.

E, quando isso ocorre, não há como se conterem os brados do povo, que sempre evoluem para a irrupção de revoluções. Assim sempre aconteceu ao longo da História.

Essas revoluções, em regra, canalizam-se por uma das colunas do poder estatal, sendo freqüente pela via do Executivo. Todavia, há de se registrar, em data recente, uma revolução deflagrada pelo Judiciário. Como é sabido, a Itália viveu um período sombrio nas últimas décadas, assolada que foi por uma profunda crise de esfacelamento da lei, da moral e da ética, crise essa instalada nos extratos superiores do poder político e do poder econômico. O crime organizado, personificado pela máfia, celebrou comunhão de interesses com banqueiros, empresários e políticos, deteriorando as instituições e fazendo apodrecer o tecido social. Esse quadro triste encontra-se precisamente pintado pela pena brilhante do célebre escritor Morris West, em um dos seus *best sellers*: *A Filha do Silêncio*. Nessa obra, o grande romancista retrata com cores vivas as mazelas da sociedade italiana: pobreza, prostituição, fome, corrupção, criminalidade, tudo subproduto da crise moral instalada na elite dirigente.

Felizmente, a Justiça italiana deflagrou uma autêntica revolução para restabelecer a lei, a moral e a ética, desarticulando a máfia e os seus parceiros, esses entronizados que estavam no alto comando da

Nação. Iniciou-se, então, uma verdadeira caça à criminalidade praticada por potentados, sendo colhidos pela malha da Justiça; em um primeiro tempo, os grandes chefões da máfia, seguindo-se os políticos, banqueiros e altos burocratas.

Merece registro, a propósito, reportagem publicada pela revista VEJA, edição de 24/03/1993, da qual destaco o seguinte trecho, *ipsis litteris*:

Um ano depois de explodir, o mar de lama milanês espalhou-se pelo país inteiro. Cerca de trezentos políticos conhecidos, grandes empresários e altos funcionários foram indiciados, com direito a tocar piano e tirar foto de frente e de perfil. Trinta estão atrás das grades, inclusive Silvano Larini, o milionário PC italiano, o alto comando da estatal do petróleo ENI e Francesco Paolo Mattioli, o executivo número três da Fiat. Uma centena de parlamentares aguarda em estado de pavor a decisão do plenário da Câmara para ter suspensão sua imunidade e, assim, responder a processo. O número dos que passaram pelo menos uma noite na cadeia vai para mais de mil.

O que aconteceu na Itália, o país dos mafiosos eternamente impunes e dos políticos cevados na corrupção genética das comissões distribuídas como ato de direito divino? A resposta imediata é simples: os instrumentos à disposição da Justiça, empunhados por um pequeno grupo de magistrados liderados pelo Juiz Antônio Di Pietro, começaram a funcionar. E o escândalo, que há poucos anos teria sido abafado no nascedouro, já mudou a face da Itália. Os líderes dos cinco partidos que governaram o país desde o fim da II Guerra Mundial, em alianças bizantinas, demitiram-se um depois do outro nos últimos seis meses-com especial opróbrio para Bettino Craxi, o socialista que, no ano passado, não sabia se aceitava as honras da Presidência da República ou voltava ao poder como primeiro-ministro. Craxi, como seus companheiros de desgraça, caiu ao receber um *avviso di garanzia* – a comunicação oficial, assinada por um juiz, comunicando ao cidadão que ele está sob investigação por crime descrito no próprio documento. No caso de Craxi, corrupção, concussão – extorsão praticada por funcionário público, receptação e financiamento ilegal de partido. (pág. 22)

Em trecho subsequente, anota o jornalista Marco António de Rezende, correspondente da VEJA em Roma:

Prisão no Palácio – A investigação do mar de lama foi fundo nas duas pontas do esquema de corrupção – o de quem recebe e o de quem paga. Em termos do que dói realmente – a cana – até agora o lado que pagava, desprovido da imunidade parlamentar estendida ao lado que recebia, está penando mais. Além de nove ministros ou ex-ministros, políticos e funcionários públicos, estão indiciados ou presos alguns dos mais ricos e influentes empresários italianos. Giampiero Pesenti, maior produtor de cimento da Europa e um dos homens mais ricos da Itália, foi colocado em prisão domiciliar dia 25 do mês passado, no palácio da família no centro histórico de Bérgamo. Foi acusado por um diretor da equivalente italiana da Eletrobrás de ter dado 12 milhões de dólares ao PSI e ao PDC para construir centrais elétricas no sul. Outro bilionário, Salvatore Ligresti, dono de empreiteiras, fábricas de porcelana e até de uma auto-estrada (Milão-Turim), ficou seis meses na cadeia porque não quis admitir que pagou 1,5 milhão de dólares para participar do bolão do novo anel ferroviário de Milão. Mas outro empreiteiro, Mario Lodigiani, já confessou e levou Ligresti junto.

O número de envolvidos continua crescendo e, para eles, é difícil escapar do jogo de armar das confissões cruzadas e das provas documentais que são seqüestradas judicialmente em bancos, empresas, escritórios particulares e repartições públicas. Tudo estritamente dentro da lei, sem recurso a nenhum instrumento especial. (pág. 25)

Como visto, é possível ao Judiciário promover uma revolução neste País.

É certo que, para tanto, impõe-se a adoção de numerosas medidas: umas de natureza legislativa, outras de caráter orgânico-estrutural.

Todavia, é imprescindível, por primeiro, que o próprio Poder Judiciário faça uma reflexão crítica de sua atuação institucional e proceda a uma corajosa revisão dos seus passos. Nunca se questionou tanto a Justiça como nos dias de hoje. A imprensa tem cobrado, impiedosamente, um melhor desempenho dos órgãos judiciais. Reclama-se da morosidade do curso das demandas e agita-se, a todo instante, a melindrosa e complicada questão do controle externo do Judiciário,

considerada por muitos como o remédio adequado para o seu melhor desempenho.

Eclodem aqui e ali manifestações contundentes de crítica à Justiça, agora colocada como o telhado de vidro para onde se dirigem as insatisfações coletivas. E por que a explosão desse fenômeno? Será por que a Justiça se encontra em regressão? Será por que estamos em descompasso com o progresso social? Será por que nos desviamos da postura ética que nos legaram os juízes do passado? Ou será por que nos encontramos enclausurados, omissos ou impotentes diante da crise moral que estiola as outras instituições?

Não sei. Talvez a última hipótese seja a que nos conduza a uma reflexão mais profunda.

Quando as esperanças começam a esvair-se, o homem levanta os olhos para a Justiça, seu último ponto de apoio, sua expectativa maior em face dos infortúnios. Sempre foi assim na história da humanidade.

É por isso que os juízes deste País, de todos os graus, da Comarca mais distante aos membros da Corte Suprema, devem, a cada dia, dedicar alguns momentos de reflexão para, num verdadeiro exame de consciência, descobrir os nossos pecados. É preciso muita coragem moral para se reconhecer os próprios erros. O *mea-culpa* não ficou para os insensatos, para os medrosos, nem para os acomodados. Se clama por um controle externo, é seguro que alguma coisa não está sadia na vida interna das Casas de Justiça. Esta é a hora de se pôr ordem na nossa Casa, antes que os vizinhos tomem as chaves da porta de entrada para vasculhar a nossa despensa ou a nossa camarinha.

Devemos fazer mentalmente um confronto honesto entre a nossa postura funcional e aquilo que, de sã consciência, achamos que a sociedade espera de nós. Nessa operação mental vamos constatar que, sob o ponto de vista ético, há muito o que se fazer. Que dizer de

processos penais que morrem na vala da prescrição? Que dizer da permanência de processos conclusos para decisão, monocrática ou colegiada, por mais de um ano nos gabinetes? Que dizer da insensibilidade em face de demandas em que se postulam direitos de natureza alimentar? Que dizer do desvio do tempo precioso para diletantismo intelectual em prejuízo do ofício judicial? Que dizer dos comportamentos administrativos ditados por sentimentos pessoais, com desprezo do mérito ou do interesse público? Que dizer de posturas corporativas, tendentes a manter na impunidade comportamentos nocivos à administração da Justiça e lesivos à lei e à moral? Que dizer da quebra do juramento da fidelidade à lei em nome de sentimentos ou de ideologias pessoais? Que dizer de juízes encastelados no pedestal de seus inacessíveis gabinetes, inconscientes de que não são deuses, mas meros seres humanos, encarregados de prestar um serviço público?

Essas indagações, meramente exemplificativas, não consubstanciam recados disfarçados, mas podem servir de destaque para nossas reflexões.

A verdade é um imperativo na nossa condição de juiz, já que não se pode conceber a mentira próxima da Justiça. O grande Vieira, em seu famoso Sermão da Quinta Dominga de Quaresma, já proclamara em 1654:

A verdade é filha legítima da Justiça, porque a Justiça dá a cada um o que é seu. E isto é o que faz e o que diz a verdade, ao contrário da mentira. A mentira ou vos tira o que tendes, ou vos dá o que não tendes; ou vos rouba, ou vos condena. (cf. Celso Lafer, in *Ética Companhia das Letras*, pág. 225).

Em regra, os atores políticos norteiam suas ações, uns com base em princípios, outros com base em resultados. Aqueles que vivem a ética dos princípios conduzem as suas ações segundo a doutrina do grande Erasmo de Rotterdam, proclamada em sua obra *A Educação do*

Príncipe Cristão. Em contraposição, os que vivem a ética dos resultados adotam a doutrina de Machiavel, consubstanciada em *O Príncipe*.

Enquanto a primeira doutrina preconiza que o homem público deve priorizar a magnanimidade, a temperança, a honestidade, a retidão de costumes, a outra, que prioriza os resultados, admite a mentira e outros meios não-éticos com vistas ao alcance do objetivo colimado (cf. Norberto Bobbio, in *Ética e Política*, ed. Walter Tega, Parma, 1984, págs. 7-17).

O juiz, na sua sublime missão de distribuir justiça aos seus semelhantes, há de situar-se, necessariamente, na linha filosófica de Roterdam, Kant e Santo Agostinho, que não admitem a convivência com meia verdade ou meia honestidade.

O poder, irremediavelmente, tem a face santa e a face demoníaca. E o poder do juiz, pela sua magnitude e pela sua repercussão na vida das pessoas, há de refletir a face santa, sem qualquer transigência com o sagrado mandamento da razão, que não permite liberalidade com os princípios da Ética e da Moral.

A ação do juiz, sob todos os ângulos, há de ser transparente, diáfana, sem conluíus. Daí a lição de Kant, inscrita no apêndice de seu livro *Projeto de Paz Perpétua*:

"Todas as ações relativas ao direito de outros homens cuja máxima não é compatível com a publicidade são injustas."

De fato, aquilo que não se pode publicar, para evitar resistência, não pode ser justo nem honesto.

A abordagem desses temas há de ser compreendida como um convite a nós, juízes deste País, para uma cruzada de conscientização do nosso papel nestes tempos nebulosos de transformações sociais.

Não se pode perder o trem da história.

Quando a maioria das instituições públicas sofre uma grave crise de credibilidade, a Justiça há de marcar, com eficiência, a sua presença no cenário da vida nacional. É necessária, todavia, uma postura ativa. Não se pode permanecer parado quando há milhares de processos aguardando solução nos escaninhos dos gabinetes. Se, materialmente, nos é impossível dar curso a tantas demandas e decidi-las em tempo razoável, há de se agitar a questão perante os órgãos competentes, com as sugestões adequadas. O que não se pode é fazer como Pilatos: lavar as mãos e pôr a culpa na multidão.

Se os instrumentos legais que regem o processo encontram-se obsoletos, inadequados, impõe-se a nossa ação por via de sugestões aos órgãos de proposição legislativa, que aí estão à busca de contribuições.

O que não se pode é permanecer em convivência pacífica e a ética com a morosidade insuportável do curso das demandas; o que não se pode é fechar os ouvidos ao clamor público, que grita aos quatro cantos do País pedindo uma prestação jurisdicional mais célere e mais eficaz; o que não se pode é ficar inerte ou amedrontado em face da difusão de correntes de opinião que propugnam pela instituição de um controle externo do Judiciário. Se não se adotar, de pronto, uma postura ativa e responsável, os arautos do controle externo farão prevalecer suas idéias na revisão constitucional que se aproxima, o que significará, sem dúvida, o "impeachment" do Judiciário brasileiro. E a História não nos perdoará pela nossa incompetência em, pelo menos, transmitir aos juízes do futuro a nossa Instituição como a recebemos dos juízes do passado.

A ingerência de um órgão estranho na atividade funcional dos juízes causará, estou certo, prejuízo de proporções inestimáveis à Justiça.

Ao invés de remediar os males atuais, ter-se-á como institucionalizado no Judiciário o triste fenômeno do juiz temeroso,

inseguro e preocupado com eventuais sanções disciplinares. Já disse que, quando os juízes têm medo, os demais cidadãos não poderão dormir em paz. E lembrando Carlos Maximiliano" é certo que, quando o juiz se deixa guiar pelo sentimento, a lide degenera em loteria" (in *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, Forense, 9ª edição, 1981, pág. 83).

Todavia, repita-se, para afastar o fatídico controle externo, é necessário que tenhamos a coragem de realizar, nós mesmos, o nosso controle, expungindo os pequenos e às vezes imperceptíveis vícios que se acumularam e até se desenvolveram ao longo do tempo. Quais são esses vícios? Vamos refletir e, por certo, nós os detectaremos.

Todavia, gostaria de enfocar, pelo menos, dois aspectos que devem merecer nossa especial preocupação e que tocam as duas vertentes de atuação funcional do magistrado; a atividade judicial e a gestão administrativa.

Destaque-se, por primeiro, o enfoque pertinente à atuação fundamental do juiz no dia-a-dia forense, decidindo a lide.

Tem-se questionado por muitas vozes a proliferação de decisões judiciais que não se encaixam no ordenamento jurídico ou que, a título de proclamar a melhor justiça, desviam-se claramente da norma regente. É um tema que deve merecer as nossas reflexões.

Ora, o juiz não pode romper a ordem jurídica vigente a título de restaurar o equilíbrio social que entenda ofendido pela injustiça da lei. É certo que o juiz não é, nem pode ser, um mero e frio técnico da aplicação da norma jurídica. Deve sempre o juiz atuar como agente da soberania estatal, extraíndo da letra fria da lei o seu verdadeiro espírito e os fins que a mesma visa a atingir no campo social, procurando, nessa operação exegética, buscar acesso às grandes aspirações do ser humano.

Não pode o juiz, repita-se, gerar uma ordem jurídica cuja moldura não se encasa no Direito Positivo, objeto de elaboração por outra coluna do poder estatal.

O chamado Direito Alternativo deve ser encarado com muita reserva pelo juiz, pois ele é instrumento susceptível de promover a insegurança nas relações jurídicas e pode ser utilizado como arma potente do autoritarismo e do arbítrio judicial.

O perigo do Direito Alternativo reside, essencialmente, na possibilidade de morte de um dos mais sacrossantos princípios que iluminam o ofício judicial: a isenção do juiz. Uma das mais antigas verdades, conhecida e assentada na consciência de todas as gentes, é que o juiz, no exercício da pública função de restabelecer o equilíbrio social pela solução dos conflitos interindividuais, deve despir-se de suas motivações pessoais, agindo de forma absolutamente imparcial, sem a influência de sentimentos ou de ideologias.

Em nome do propalado Direito Alternativo, muitos males podem ocorrer na esfera judicial. A título de se realizar uma justiça ideal, poder-se-á cair no precipício fatal de uma justiça pessoal, aquela justiça praticada pelo Juiz Paul Magnaud, mencionado por Carlos Maximiliano. Diz-se que o velho magistrado francês, em seus julgamentos, manipulava a lei de acordo com a classe sócio-econômica dos seus jurisdicionados. Assim, era clemente e atencioso com os fracos e humildes, sendo, no entanto, enérgico e severo com os opulentos e poderosos (cf. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, Forense, 9ª ed, 1981, pág. 83).

Deve, portanto, o juiz, antes de tudo, ser fiel ao seu juramento de investidura, fazer cumprir a lei, aplicando-a ao caso submetido à sua isenta apreciação.

Com os olhos na norma legal, sem dela fazer *tabula rasa*, deve e juiz exercer o seu ofício sem ceder às inclinações de suas idéias, nem

incursionar pelos caminhos perigosos de tendências políticas ou filosóficas de conotações radicais.

O radicalismo e a intolerância são posturas incompatíveis com o exercício da judicatura, pois o senso comum espera do magistrado sobriedade, segurança, serenidade, fortaleza e fidelidade à lei.

Isso, todavia, não afasta o imperativo dever da chamada responsabilidade social do juiz. A norma há de ser interpretada e aplicada em precisa consonância com os seus fins maiores, dentro de uma visão teleológica, quando o juiz deve buscar um equilíbrio de valores, para a obtenção do ideal de justiça e de paz social.

Mas a busca desse ideal não pode perder o referencial de observância do Direito consolidado no ordenamento jurídico vigente, única forma de expungir o abuso e o arbítrio.

Nos dias atuais, destaca-se no Judiciário um fenômeno que tem suas raízes na deficiência estrutural do organismo judiciário, impotente para atender aos reclamos sociais: é o fenômeno das medidas liminares, que proliferam em todos os quadrantes, muitas vezes de caimento discutível.

Esse é um ponto a merecer nossas profundas reflexões. Não se está a repudiar, absolutamente, o instituto da antecipação oportuna e necessária da prestação jurisdicional. O poder de cautela conferido ao juiz é, sem dúvida, uma grande conquista, originária do Direito alemão e introduzida em todos os Códigos modernos. Todavia, este poder de decretar medidas provisionais para evitar o período de lesão ao direito postulado, não pode extrapolar do seu precípua objetivo: garantir a eficácia da decisão final, proteger o resultado da demanda, prevenir lesão ao direito postulado em Juízo.

É dentro dessa visão conceitual que não se alertar os magistrados para o exercício do poder de cautela fora desses parâmetros, por meio de provisões satisfativas, com inversão irremediável da ordem processual. Tais provisões provocam, de regra, decisões suspensivas nas instâncias superiores, deixando confusos e desnorteados os seus eventuais beneficiários, que passam a não compreender a ação da Justiça.

A propósito do tema, é de se recordar as palavras do Ministro Octávio Gallotti, ao assumir a Presidência do Supremo Tribunal Federal, quando questionou o uso imoderado de liminares satisfativas, por precipitarem soluções, antes da decisão de mérito no Primeiro Grau, com grave risco para o sagrado princípio do contraditório.

É de se patentear, como antes ficou consignado, que não se pretende fazer apologia do positivismo kelseniano. O que se deseja acentuar é que a credibilidade do Judiciário tem como um de seus básicos pilares a plena observância do direito legisferado.

Relembro aqui algumas reflexões transmitidas a novos juízes federais, ao saudá-los na cerimônia de suas posses perante a Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em 09 de novembro de 1992, *in litteris*:

É necessário, todavia, não perder de vista o compromisso sagrado com a lei. Sempre tenho afirmado que ao juiz é defeso distorcer o sentido da lei ou dar-lhe uma interpretação diversa do seu conteúdo técnico, em nome da realização do justo.

É certo que o juiz não deve ser um mero geômetra do Direito, como preconizado por Montesquieu, para quem os juízes da nação são apenas as bocas que pronunciam as palavras da lei, são antes inanimados que não podem moderar nem a sua força nem o seu rigor. Do contrário, o juiz deve ter, como já disse, uma visão cósmica do complexo social que o rodeia. Entre a álgida, fria e, muitas vezes, inexpressiva literalidade do texto legal e a brutal realidade da vida, deve o julgador, de modo sereno e equilibrado, buscar o real sentido da norma, para adaptá-la aos

princípios que lhe deram inspiração, com os olhos voltados para as grandes conquistas da humanidade.

É esse poder altivo e criador do juiz que valoriza a função judicante, dando-lhe o elastério de dimensões grandiosas, sedimentando uma consciência social de credibilidade pública da atuação do Judiciário.

É certo também que o Direito é dinamismo renovador, que deve atender a diferentes manifestações do organismo social, e não um teorema matemático. De outro modo, tirar-se-ia do juiz a sua condição de filósofo e político da lei, retirando-lhe o exercício de suas faculdades de raciocínio.

Todavia, essa posição não pode deteriorar-se no chamado Direito Alternativo, em que se confirma a fórmula consagrada por Hauriou: O juiz acima de tudo.

Há de encontrar-se um equilíbrio para as duas correntes.

Por último, coloco em nível de reflexão o outro tema que considero deva ser objeto das nossas preocupações: as reclamações aviadas pela imprensa relativas ao funcionamento administrativo dos órgãos do Judiciário.

A questão é de difícil colocação em termos gerais, porque, em regra, os pecados cometidos nesse espaço são diferentes e localizados.

São esses pecados que mais têm servido de argumento para os apologistas do controle externo.

É preciso que se tenha a coragem de reconhecer que, se reclamações existem, alguma coisa deve ser feita para expungir eventuais desvios e enganos.

A Administração Pública é orientada por princípios que hoje se encontram inseridos no próprio texto constitucional: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Tais princípios devem ser religiosamente observados por todos quanto tenham atuação funcional no serviço público. Quando tais agentes

da Administração quebrem qualquer desses princípios, cabe ao Judiciário proceder à revisão desses atos, efetuando as adequadas correções. Se a nós, juízes, incumbe restabelecer a dignidade dos mencionados princípios, a lógica e a razão apontam no sentido de que a Administração do Judiciário não pode, em absoluto, apresentar qualquer mancha, qualquer poeira, qualquer senão em detrimento da sua pureza, que se deve apresentar cristalina.

Daí por que o juiz deve pautar seus atos de gestão pública com estrita observância daqueles postulados constitucionais, ciente de que, para a sua atuação administrativa, estão voltados os olhos exigentes de toda a comunidade jurisdicionada.

Quem tem o poder de condenar não pode delinquir, sob pena de perder sua legitimidade. Por isso, o juiz-administrador público não se pode dar ao arbítrio de, no exercício de suas públicas funções, fazer disfarçados favores, fechar os olhos para posturas desprovidas de ética, exercitar o corporativismo para favorecer os faltosos, nem omitir-se diante de fatos que, embora não diretamente ligados às suas precípuas funções, seja susceptível de ferir ou, pelo menos, arranhar a imagem da Administração da Justiça.

Com os olhos postos nesse horizonte, há de se ter a coragem moral de, mesmo sob a ameaça de contrariar sentimentos de amizade, reagir contra as posições de ética duvidosa, fazendo prevalecer os princípios sagrados da moral e da ética.

Não se pode perder de vista a lição do cesto de frutas. Se há no mesmo uma só fruta podre, o mau cheiro que dela emana termina por contaminar todas as demais.

Já se disse em mil ocasiões que o juiz é como a mulher de César. Não só deve ser honesta, mas deve, inclusive, como tal parecer.

Se o Judiciário brasileiro, nas suas diversas esferas, situar-se em consonância com esses desígnios, poderemos nos colocar em trincheira para, como na Itália de hoje, realizar também a Revolução das Mãos Limpas. Estaremos, assim, munidos dos instrumentos cirúrgicos adequados para iniciar uma cruzada de correção dos desvios que estão conduzindo à miséria a grande maioria dos habitantes de um dos mais ricos e mais saudáveis lugares do Planeta.

Sem demagogia, sem otimismo exagerado, podemos proclamar, com convicção, que é chegada a nossa hora. O povo espera pela ação da Justiça. Dentro dos postulados da ética, a Justiça poderá cumprir o seu magnânimo papel de eficaz promotora da paz social, pressuposto fundamental para o progresso do homem brasileiro.